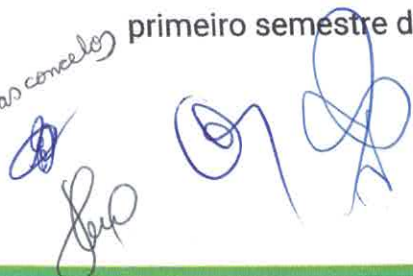


ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DO ALIANÇA PREV NO EXERCÍCIO DE 2024.

Aberta a sessão da sétima reunião ordinária do Conselho Fiscal no exercício de dois mil e vinte e quatro (2024), nomeado através da Portaria nº 063/2024, datada de 02 de janeiro de 2024, com vigência de quatro anos, realizada no dia trinta (30) de julho de dois mil e vinte e quatro (2024), com início às nove horas (09h), presencialmente, na sede do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores da Aliança-PE. Dando início à sessão, a Presidente do Conselho Fiscal, Sra. Isabela Vasconcelos dos Santos, saudando a todos os presentes, iniciou sua fala registrando a pauta para votação. (1) Movimentação dos recursos financeiros na competência de junho (Folhas, Despesas com a taxa administrativas e Investimentos); e (2) regularidade no envio dos demonstrativos para o MPS e o TCE/PE. Os membros ali presentes, em votação, aprovaram a pauta de forma unânime e solicitaram a presença da Presidente Executiva e sua equipe para tomar parte da reunião. Saudando a todos, a Presidente Executiva, informou que, antes do Sr. Jonielton iniciar a prestação de contas administrativa e financeira do mês anterior, junho, gostaria de retificar uma informação financeira repassada numa reunião anterior e registrada em Ata, sobre as competências do segundo bimestre informada no DIPR. Após o fechamento dos meses de março e abril, verificou-se algumas inconsistências de registros que, quando informadas para o MPS, pelo sistema Cadprev, gerou um Relatório de Irregularidades apontando o equívoco. Para sanar esse equívoco nos registros fomos obrigados a conferir todos os repasses creditados pelo ente patronal e, assim, retificou-se para o MPS a informação, que resultou no ajuste de R\$ 1.981.559,29 para R\$2.322.611,54, que foi o valor efetivamente recebido na competência de março, reduzindo-se o déficit apresentado anteriormente. A Presidente do Conselho, indagou se o equívoco dos registros se deu apenas para o volume de receitas ou se havia também para as despesas. E se só aconteceu no mês de março. Respondendo as duas questões, a Presidente Executiva, esclareceu que o equívoco de registros foi apenas em relação às receitas e que o mesmo ocorreu no mês de abril. Dando continuidade à reunião, a Presidente Executiva, apresentou os seguintes resultados referentes ao

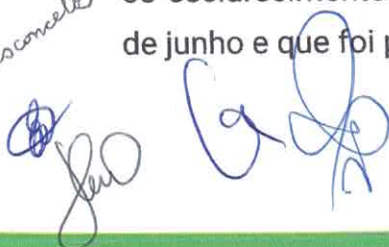
mês de abril: - Despesas com Folha de Pagamento, fornecedores e outras despesas eventuais: R\$ 2.685.008,04 (dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, oito reais e quatro centavos). Sobre as receitas oriunda das fontes das contribuições dos segurados ativos e inativos, a patronal normal e suplementar, compensação previdenciária e rendimentos de investimentos: R\$2.159.236,31 (dois milhões, cento e cinquenta e nove mil, duzentos e trinta e seis reais, trinta e um centavos), quando antes estava informado o valor de R\$1.239.701,56 (um milhão, duzentos e trinta e nove mil, setecentos e um reais e cinquenta e seis centavos). Agradecendo os esclarecimentos, a Presidente do Conselho perguntou se tudo isso foi informado para o Ministério, no que foi respondida que sim e que só neste mês de julho houve essa correção. Na continuidade, a Sra.Clécia passou a palavra a seu Financeiro para que ele apresentasse os números do mês de junho. Saudando os presentes, ele começou apresentando os resultados do DIPR, em resumo, onde constava que sobre as receitas foram creditados recursos no valor total de R\$1.289.522,72 (um milhão, duzentos e oitenta e nove mil, quinhentos e vinte e dois reais e setenta e dois centavos). Chamando atenção, a Presidente do Conselho, Sra.Isabela, disse que parecia valores semelhantes àqueles retificados do segundo bimestre e que provavelmente haveria algum equívoco a ser corrigido, posteriormente. Em resposta, o Sr.Joneilton esclareceu que estavam aguardando a verificação da contabilidade e que se fosse necessário, realmente, haveria novo envio das informações ao Cadprev. Dando prosseguimento, informou das Despesas do mês que foram no valor de R\$2.593.701,52 (dois milhões, quinhentos e noventa e três mil, setecentos e um reais e cinquenta e dois centavos). Nessa ocasião, a Sra.Delazyr perguntou sobre a Folha de Pagamento e sua evolução naquele semestre, pois não conseguiram ainda tratar sobre isso. Buscando novos papéis, o Sr.Joneilton apresentou o seguinte panorama para os membros do Conselho referente ao valor bruto da Folha de benefícios de cada mês neste semestre: janeiro (R\$2.424.066,38), fevereiro (R\$2.455.200,04), março (R\$2.601.816,22), abril (R\$2.505.374,73), maio (R\$2.444.165,58), e junho (R\$2.523.442,44). A folha apresentou um crescimento médio/mensal financeiro no primeiro semestre de R\$82.935,47 (oitenta e dois mil, novecentos e trinta e cinco

Isabela comelão



reais e quarenta e sete centavos). Satisfeita com a resposta, a conselheira agradeceu as informações que foram complementadas que estão disponíveis no DIPR no cadprev. Em seguida, a gestora de recursos, Sra.Clécia, expôs o detalhamento da movimentação dos investimentos no mês de junho, de acordo com o relatório de rendimentos emitido pelo sistema Uno da consultoria de investimentos contratada. Em junho o mês foi iniciado com o saldo no valor de R\$2.057.570,71 (dois milhões, cinquenta e sete mil, quinhentos e setenta reais e setenta e um centavos). Houve movimentação de aplicação de valores na competência conforme se registra nos documentos de APRs registradas no DAIR/Cadprev. O saldo final do mês foi de R\$2.610.291,61 (dois milhões, seiscentos e dez mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e um centavos), incluídos nesse montante final o valor dos rendimentos mensal de R\$15.867,34 (quinze mil, oitocentos e sessenta e sete reais e trinta e quatro centavos). Esclareceu que houve uma redução no valor dos rendimentos em quase cinquenta por cento dos valores até agora apresentados, porém devemos considerar que o montante aplicado foi resgatado nesse mesmo percentual na competência anterior. Entretanto, temos um resultado no indicador GAP positivo, pouco apresentado neste semestre. A meta objetivada era de 0,60% (sessenta décimos pontos percentuais) enquanto obtivemos um rendimento de 0,61%, resultando num GAP de 0,01% (um décimo ponto percentual). Apesar de uma diferença tão módica, o mais importante é a positividade do indicador nessa relação. Observando o relatório de rendimentos para acompanhamento dos esclarecimentos da Presidente Executiva, foi indagado como se estabelecia essa meta, uma vez que para os rendimentos era mais clara sua formação. Em resposta, a Sra.Clécia, indicando o próprio relatório apontou para a figura do IPCA+ 4,76%a.a, explicando que a Meta, ali registrada, se formou a partir do valor percentual determinada na avaliação atuarial, disposta na Projeção da Taxa de Juros Real para o Exercício de 2024, não esquecendo que esta, é anual e que deve ser desmembrada em doze meses para assim ser adicionada, mensalmente, ao IPCA de cada mês e se obter o percentual objetivado no mês. A resposta foi absorvida por todos que agradeceram os esclarecimentos. Sobre a movimentação de concessão dos benefícios no mês de junho e que foi para a Folha de Pagamento, informou que houve cinco

8/8/2024
las comete



benefícios previdenciários de aposentadoria concedidos no período. Em seguida, pediu para que a Assessora de Planejamento e Gestão, a Srta. Fernanda, dispusesse as informações sobre o envio dos demonstrativos através do Cadprev e demais registros. Foram demonstrados que os envios estão regulares em relação ao cadprev, ao siconfi e ao Sagres/TCE. Assim foi concluída a participação da equipe da Executiva na reunião, retirando-se todos, em seguida. A Presidente do Conselho, após fazer uso da palavra, abriu para quem assim o quisesse. Discutiram a proximidade da atualização do cadprev para fins da certificação dos dirigentes e conselheiros, debateram as demais informações apresentadas na reunião e seu formato mais participativo da equipe e membros do órgão colegiado. Foram firmados os documentos de ciência das informações sobre investimentos do mês e firmado o encaminhamento para o Deliberativo. Cumpridos todos os protocolos, deu-se por encerrada a reunião às dez horas e quinze minutos (10h15min), assinando-se este documento, tornando-o oficial perante todos os órgãos de controle e fiscalização previdenciária. Eu, Elisangela Urbano Lopes, lavro a referida ATA, que vai por mim assinada e pelos demais membros.

Participantes:

CONSELHO FISCAL

Isabela Vasconcelos dos Santos – PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL

Ass. Isabela Vasconcelos dos Santos

Elisangela Urbano Lopes – MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Ass. Elisangela Urbano Lopes

Delazy Maria de Albuquerque – MEMBRO DO CONSELHO FISCAL

Ass. Delazy Maria de Albuquerque

Participação extraordinária:

CLÉCIA RIBEIRO DIAS BEZERRA – Diretora Presidente do ALIANÇA PREV

Ass. Clécia Ribeiro Dias Bezerra

Fernanda Beatriz Correia de Lima – Assessora de Planejamento e Gestão

Ass. Fernanda Beatriz C. de Lima

Emmanuel Alberto Albuquerque da Silva – Diretor de Benefícios

Ass. Emmanuel Alberto Albuquerque da Silva

Jonielson Cássio da Silva – Diretor Financeiro

Ass. Jonielson Cassio da Silva

Cláudia José Borges da Silva